

A mulher no sector dos Serviços: Percurso histórico e desigualdades

Aida Ferreira

Doutoranda na Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) sobre o tema: "O papel do Serviço Social no desemprego de longa duração, em contexto de globalização".

Introdução

O presente artigo “A Mulher no Sector dos Serviços, Percurso Histórico e Desigualdades” resulta da investigação produzida no âmbito da tese de mestrado em Serviço Social, com o tema: «O Género Feminino Objecto de Políticas Sociais.que Desigualdade de Género no Emprego?» defendida em 1999, e ainda da investigação respeitante ao doutoramento a decorrer na Universidade Católica Portuguesa, sobre “O Papel do Serviço Social no combate ao Desemprego de Longa Duração em Contexto de Globalização”.

Pretende-se desenvolver o tema aqui proposto em três pontos. No primeiro momento abordar-se-ão as raízes da civilização ocidental no respeitante ao trabalho da mulher na esfera do lar, a passagem pela Idade Média e a sua entrada na esfera pública no período da industrialização. De seguida será desenvolvida a temática do trabalho nos serviços e a qualificação “natural” da mulher, segundo alguns autores, para as relações interpessoais terminando-se com algumas referências sobre a actualidade em Portugal.

1. As raízes de uma desigualdade histórica

As transformações do trabalho a partir do fenómeno da industrialização, mas sobretudo durante o século XX e ainda mais a partir dos anos 70, atingem diversas categorias sócio-profissionais, ligadas à indústria, ao comércio, ao sector dos serviços e consequentemente diversos grupos da população com predominância ainda mais acentuada no século XXI, para os jovens e para as mulheres.

No respeitante à mulher, um dos *handicaps* marcante ao longo de séculos foi o impedimento de acesso à educação académica em pé de igualdade como o homem. A educação constitui-se como um «*bem social*» que dá acesso a outros bens da esfera pública. Ao não ser usufruído por uma parte que representa metade da população, traduz-se numa injustiça social com origem nos poderes decisórios seguidores da cadência de hábitos e costumes e não interventores na alteração do *status quo*.

A mulher desde sempre foi remetida a funções estritas à esfera sombria da família, mesmo depois da alvorada dos «*novos tempos*» e portando da declaração da igualdade de todos os cidadãos perante a lei.

Esse facto tem a sua origem em diversos factores e a sua interpretação é objecto de várias teorias por vezes contraditórias, mas onde estão sempre presentes “visões do mundo” e de um mundo humano onde homens e mulheres têm coexistido com diferenciação de direitos de cidadania.

Far-se-á uma breve análise histórica da situação da mulher ao longo dos tempos para se poder perceber as razões mais remotas e também recentes da desigualdade social ainda existente, sobretudo numa época em que todos vivem do trabalho, como um bem, que permite a aquisição de outros bens.

O trabalho representa o elemento relacional por excelência e traduz-se numa “relação de troca” que proporciona a autonomia e independência dos indivíduos. Na Antiga Grécia, estava circunscrito à “esfera privada” ao lar “*oikos*” e não dava oportunidade aos que o exerciam (mulheres e escravos) de ascenderem à “esfera pública” onde se desenvolvia a «*Acção*».

A “*Acção*” significava a excelência da pluralidade e da liberdade. Só o senhor da casa (homem) tinha acesso à “*Polis*” através da sua posição de dono do lar e de déspota doméstico «*sob o abrigo da sua dominação, faz-se a reprodução da vida, o trabalho dos escravos, o serviço das mulheres, transcorrem o nascimento e a morte; o reino da necessidade e da transitoriedade permanece mergulhado nas sombras da esfera privada.*» (Habermas, 1984:16). O seu poder permitiu-lhe através da organização do lar, com o trabalho de outros, dominar a “*necessidade*”. Esta necessidade traduzia-se em tudo o que era elementar à manutenção da vida física e do bem estar na esfera privada. Competia ao homem assumir a responsabilidade de uma boa orientação e manutenção do lar, “*virtude*” reconhecida e valorizada à luz da esfera pública pelos seus pares.

A categoria “*igualdade*” resultava do facto de estar entre iguais, o que lhe conferia a prerrogativa de cidadão livre. A polis, era, portanto a esfera da liberdade e da igualdade onde a mulher não tinha acesso.

O labor da sobrevivência da espécie e a necessidade primária da transmissão da vida circunscreviam-se à penumbra da esfera invisível a que correspondia uma total falta de liberdade «*douleia*». «*Mulher e escravos pertenciam à mesma categoria e eram mantidos fora das vistas alheias - não somente porque eram a propriedade de outrem, mas porque a sua vida era “laboriosa”, dedicada a funções corporais.*» (Arendt, 1991:83).

A estrutura social helénica traduzia a visibilidade e a sombra. Por um lado, o cidadão livre, o homem exercia a *Acção* nas «*artes liberais*» através do discurso, «*lexis*», por outro lado, as mulheres e os escravos satisfaziam as necessidades essenciais à própria vida através das «*artes servis*».

Neste contexto toda a vida política criadora de lembrança, história e imortalidade era confiada aos cidadãos, homens, reunidos em assembleia. Aqui discutiam os assuntos da cidade e vivenciavam em simultâneo o exercício de uma democracia directa pelo uso da «*Palavra*». Todos os outros seres humanos, escravos, bárbaros, prisioneiros políticos e mulheres estavam excluídos, sendo considerados destituídos, isto é, «*coisas*».

Xenofonte refere que em Esparta, para sessenta cidadãos livres existiam quatro mil não

livres. Entre os desiguais estava incluído todo o género feminino. Esta desigualdade estava directamente ligada à condição humana da natalidade, isto é, de dar a vida. Mas nesta visão parece existir algo de contraditório, tal como se poderá depreender do pensamento de Hannah Arendt ao referir ser a condição de natalidade a que está mais intimamente relacionada com a Acção, pelo facto de que o «*recém chegado possui a capacidade de iniciar algo de novo, isto é, de agir.*» (1991:17).

Há assim, em cada nascimento a possibilidade de produzir o novo e o inesperado. «*Se a acção, como início corresponde ao fato do nascimento se é a efetivação da condição humana da natalidade, o discurso corresponde ao fato da distinção e é a efetivação da condição humana da pluralidade, isto é, do viver como ser distinto e singular entre iguais.*» (sic) (Ib., 191).

É portanto a divisão entre a «acção - natalidade» - e a «acção - pluralidade» - que marca também a distinção entre o «privado» e o «público», entre a mulher e o homem entre o «não agir» e o «agir». Há autores que afirmam existir já na Antiga Grécia a divisão do trabalho entre sexos, o que Hannah Arendt contesta ao analisar a diferença de conceito «*divisão do trabalho*» na Antiguidade e na Modernidade.

A autora situa a sua análise entre a: «*vida vivida dentro de casa, no lar, e a vida vivida fora, no mundo. Somente esta última era considerada como digna de um homem e, naturalmente, não havia a noção de igualdade entre homem e a mulher, que é pressuposto necessário para a ideia da divisão do trabalho.*» (Ib., 57).

Não se tratava, segundo a mesma autora, de divisão do trabalho visto que esta pressupunha à partida a noção de igualdade, isto porque, só se divide entre iguais, e no caso da mulher significava a imposição do pensamento político dominante, o homem, orientador da vida familiar e da vida pública.

Esse pensamento vai perdurar na Idade Média onde a casa do senhor é reconhecida primordialmente como o grande centro das relações de dominação nomeadamente, a fundiária e a vassalagem. A esfera privada e pública continuam sendo a emanção de um único poder, agora circunscrito ao lar, onde a mulher continua, tal como na Antiguidade, sendo parte constituinte da casa do senhor. Esta, era simultaneamente o lugar da família e o local de encontro de momentos culturais. Os salões do castelo barroco, ou o parque do mesmo castelo vieram substituir o espaço público da polis.

A esfera pública vai portanto evoluindo no sentido da esfera da sociedade burguesa, emergindo no século XVIII a cidade como o centro de realização das Feiras e Mercados locais. A cidade assume funções culturais e sociais transformando-se no novo centro artístico, com instituições próprias. O aparecimento do *salon* é o espaço público por excelência onde os escritores, artistas e cientistas debatem não apenas a crítica literária e artística mas também a política. Constitui-se como *Forum* onde as pessoas privadas discutem o poder público no espaço público. As regras assentavam na paridade da intelectualidade entre homens da aristocracia e homens intelectuais burgueses cuja autoridade estava essencialmente na capacidade de argumentar. A mulher estava excluída da participação na discussão, mas estava presente no *salon*, cujo estilo rococó era marcado pela influência feminina de tal forma que

eram considerados os «*salões das damas do mundo*» (Habermas). No entanto, a mulher continuava de facto ausente da esfera pública política. É através do romantismo, portanto da esfera literária que se estabelece a mediação entre a subjectividade do privado da mulher e o domínio público. A visibilidade do feminino passa pelos «*escritos da alma*» onde o mundo interior ganha expressão no espaço público. A subjectividade vivida por algumas mulheres adquire uma aura de objectividade e notoriedade que ganha interesse público. Neste sentido as fronteiras entre a intimidade e o público ficam esbatidas através da via literária. Emergem assim, na esfera pública pela via do romance vidas de mulheres ocultas na sombra do lar, cuja palavra lhes estava vedada não apenas pelo *monopólio* masculino do espaço público mas também pelo predomínio do homem nas esferas: política, das artes, letras e ciências onde o acesso ao saber com reconhecimento público era da sua exclusividade.

Nos finais do século XVIII a Era Moderna dá origem a uma nova ordem social onde o pensamento político é pautado pela dimensão do económico e do social.

Surge o primitivo capitalismo financeiro e mercantil vindo do Norte de Itália para a Europa Ocidental. Com ele nasce uma nova classe social - a burguesia - cujo poder económico se vai impondo conquistando espaço à nobreza. «*O nobre é o que ele reproduz; o burguês, o que ele produz* » (Habermas; 1984: 26).

O pensamento político deixa de ser uma ciência política como no modelo helénico e passa a ter o sentido de uma «*economia nacional ou social*», espécie de «*administração doméstica colectiva*», a que se chama sociedade. Com a sociedade emerge a «*esfera social*» (nem privada nem pública), por analogia entre a sociedade e o indivíduo, que governa a casa e a família. *A esfera social encontra a sua forma política no Estado nacional.* (Arendt, 1991)

Interpenetrando-se a esfera política e social, a esfera privada da família reduz-se ao círculo da intimidade e privacidade, isto é, do individualismo moderno.

Assim, somos levados a concluir que cada indivíduo constitutivo da família tem a oportunidade de se projectar na esfera social «aberta». É o domínio da construção da igualdade social, da luta pelos direitos humanos, onde o direito à cidadania da mulher se constitui como marcha constante das mulheres conscientes da história, do tempo em que vivem e do espaço a que têm direito.

2. Da manutenção da vida ao trabalho nos serviços interpessoais

A esfera da família onde a mulher exercia o labor e o trabalho, como actividades de subsistência da unidade familiar transformou-se na esfera social, «*A sociedade é a forma na qual o fato da dependência mútua em prol da subsistência, e de nada mais, adquire importância pública* » (sic). (Arendt, 1991: 56).

A era moderna permitiu assim integrar o labor da mulher no «modo de produção capitalista». A mulher trabalhadora é sobretudo um produto da revolução industrial, o seu trabalho deslocado do lar passou a constituir um problema de debate cuja argumentação era entre trabalho e lar, maternidade e trabalho assalariado, entre feminilidade e produtividade. (cf. Scott, in Duby e Perrot, 1991: 442). A transferência da quinta ou da pequena indústria doméstica para a manufactura alterou a estrutura familiar. Já no período pré-industrial a

mulher trabalhava no seu domicílio, combinando a actividade produtiva com a criação e educação dos filhos, havendo sempre nesse contexto, a possibilidade de dar prioridade à família.

O mundo industrial veio exigir uma actividade a tempo inteiro e afastada do lar. «*O “problema” da mulher trabalhadora, então, era ela ser uma anomalia num mundo onde trabalho assalariado e responsabilidades familiares se tinham tornado ocupações a tempo inteiro e espacialmente diferenciadas.*» (Ib., 442). A causa do problema encontrava-se na lógica própria do desenvolvimento do capitalismo industrial, sendo a grande diferença o local de prestação do trabalho assalariado, a fábrica, e a dificuldade de conciliação do trabalho fora de casa com o da esfera familiar. Este é um percurso sem retorno. A mulher entra no mundo da produtividade inicialmente pelo sector secundário, indústria e mais tarde ainda no século XIX, mas com mais intensidade no século XX, passa ao sector dos serviços. No entanto, a grande participação da mulher no mundo do trabalho tem lugar sobretudo com a expansão do capitalismo além fronteiras dos Estados Ocidentais, isto é, com o surgimento do Capitalismo Monopolista ou Imperialismo, iniciado nas três décadas finais do século XIX. «*O fato de que a era moderna emancipou as classes operárias e as mulheres quase no mesmo momento histórico deve, certamente, ser incluído entre as características de uma era que já não acredita que as funções corporais e os interesses materiais devam ser escondidos.*» (sic). (Arendt, 1991:83). De notar, que esta emancipação corresponde muito mais à saída da esfera sombra do lar e à entrada na esfera produtiva, do que ao reconhecimento de direitos iguais no trabalho, onde a mulher continuou a ser considerada mão «reserva de mão de obra».

O salário da mulher passou a constituir «*valor de troca*», transformado em «*valor de uso*» para aquisição dos bens de subsistência. Paralelamente, tornou-se anti-económico produzir determinados bens em casa pelo facto de os artigos manufacturados serem muito mais baratos. Estes, contém o máximo de trabalho não pago e o máximo de exploração da máquina. Por outro lado, correspondem à moda e ao estilo que o capitalismo vai impondo através da publicidade e do sistema de educação. O importante já não é saber fazer coisas, mas sim, poder comprá-las. Consumir em todas as áreas é o lema: «*Assim a população não conta mais com a organização social sob a forma de família, amigos, vizinhos, comunidade, velhos, crianças, mas com poucas exceções devem ir ao mercado e apenas ao mercado, não apenas para adquirir alimento, vestuário e habitação, mas também para recreação, divertimento, segurança, assistência aos jovens, [e crianças] velhos, doentes e excepcionais. Com o tempo, não apenas necessidades materiais e de serviço mas também os padrões emocionais de vida, são canalizados através do mercado.*»(sic). (Braverman, 1981:235).

O Capitalismo monopolista desenvolve as relações de mercado, em substituição das relações individuais, familiares e comunitárias, tornando-se a população, sobretudo a urbana totalmente dependente do artifício social. O mesmo autor refere que o primeiro passo na criação do mercado universal é a produção de bens sob a forma de mercadoria, seguindo-se a conquista de dos serviços e sua transformação em mercadorias, terminando com a invenção de novos serviços indispensáveis à vida moderna. (Ibid.,239)

A esfera privada transformou-se em esfera pública, transportando a mulher do seu labor individual na família, para o «*trabalho socialmente combinado*». Passou assim, de propriedade do senhor da casa a trabalhadora «*livre*», residindo essa liberdade no facto de poder mudar de local de trabalho sempre que quiser isto porque os laços entre a Empresa (patrão sem rosto) e o trabalhador, não são de propriedade pessoal, mas sim contratuais, havendo apenas que respeitar regras mútuas impostas pela legislação do trabalho.

A acumulação do capital é portanto um processo sem limites, constituindo-se ele mesmo como gerador de poder político, «*os serviços têm traços próprios, marcados pela sua formação organizacional, pelo seu estatuto ideológico e por suas funções no circuito de acumulação do capital no modelo monopolista* ;»(Karsh, 1987: 27)

A protecção do Estado relativamente ao capital conduz à atomização da vida social através do desenvolvimento das relações de mercado, fazendo surgir uma estrutura social, onde a diversidade de actividades contribui muito mais para separar as pessoas do que para aproximá-las. O conjunto das necessidades básicas, das sociais e ainda das induzidas, são canalizadas para o mercado. Para dar resposta em quantidade e qualidade, de acordo com a classe social pagante, criaram-se serviços onde a mulher tem tido sempre um lugar preponderante.

Interessa perceber o fenómeno do aparecimento e desenvolvimento dos serviços. Vários autores têm tentado interpretá-lo havendo ópticas de análise diferenciadas. Uma, com maior enfoque no desenvolvimento do sector secundário outras insistindo mais numa análise profunda da categoria serviços. Assim, para Daniel Bell (Brandão, 1992), o aumento do rendimento médio por família resultou do aumento de produção do sector secundário. À medida que as necessidades básicas estavam asseguradas processava-se uma procura de «*bens duráveis*», seguida da procura de «*ítems de luxo*», através de serviços pessoais. Gershuny (Brandão, 1992) contrapõe-se a esta linha de pensamento, afirmando que o crescimento do sector terciário não acarreta necessariamente o consumo de serviços, havendo necessidade de definir claramente o que são serviços.

Segundo Sandra Brandão, que analisa esta controvérsia, serviço é para este último autor «*algo não material*» afirmando que «*no momento de sua aquisição pelo consumidor, um bem é uma coisa e um serviço é um estado, uma actividade ou uma sensação.*» (Brandão, 1992:17).

As necessidades humanas são assim satisfeitas por «*bens*» (coisas) e por «*serviços*», sendo indiferente ao consumidor o modo de as satisfazer, mas não lhe sendo indiferente o factor: preço do bem e preço do serviço. Há ainda a considerar um outro elemento resultante do enriquecimento das sociedades traduzido no aparecimento de «*necessidades superiores*» que podem ser satisfeitas por bens e não por serviços, como por ex: o uso do automóvel privado como um bem em vez do serviço público de transportes.

Outros estudiosos do fenómeno, sobretudo nos Estados Unidos e França, procederam a uma análise diferente, hoje, a mais difundida e que tem como base fundamental de pesquisa, o destino da actividade do serviço. Poder-se-ão considerar nesta perspectiva três grandes grupos:- os *serviços de produção*, *producer services* entendidos como os que estão ligados

à procura intermediária, e que correspondem ao fenómeno da externalização. Têm como objectivo uma maior eficiência, menor verticalização e menores custos, - os *serviços de consumo*, *consumer services* respeitando ao consumo final; - os *serviços de controle* ou políticas sociais, abrangendo sectores como a Saúde, Segurança, Assistência, etc..

Nas sociedades onde a industrialização foi tardia, como por exemplo Portugal, o sector terciário aparece como resposta às insuficiências da estrutura industrial e de seus limites e ainda à incorporação de mão de obra. Este factor, conjugado com o processo de urbanização originou o desenvolvimento da terciarização e a consequente heterogeneidade do mercado de trabalho. Esta atomização tem a ver não apenas com a Empresa Moderna, como também com todos os serviços cuja responsabilidade cabe ao Estado.

«A administração civil, que o Estado exerce na sociedade, expande-se continuamente, (...) na contribuição que dá para o funcionamento da sociedade através dos serviços de controle (educação, saúde, segurança, partidos políticos, habitação, recreação, sindicatos, instrumentos do poder legislativo, do judiciário e do executivo, e outras modalidades menos conhecidas)» (Karsh, 1987:32)

Sendo assim, o Estado e o capitalismo monopolista concretizam através dos Serviços o fenómeno da reprodução material da sociedade. Deste modo, os serviços definidos pela positiva segundo J. Berger e C. Offe respeitam « *à reprodução das estruturas formais das formas de circulação e das condições culturais paramétricas, dentro das quais se realiza a reprodução material da sociedade.*» (in Brandão, 1992:22).

Encarados nesta perspectiva os serviços exercem uma «*função acauteladora*» de manutenção de uma «*certa ordem social*» passando a sua relação a ser de interdependência, e não de subordinação, relativamente às actividades de produção. Esta interdependência traduz-se também no aumento de custos, tornando-se este inabarcável a partir de determinados limites. Neste caso surgem processos de racionalização organizacional como por exemplo o superdimensionamento como é o caso dos hipermercados, a mecanização através de equipamentos de microcomputorização e a externalização.

Todas estas estratégias tem como base a Empresa Moderna e procuram limitar os custos mas com consequências ao nível do emprego e da estrutura organizacional do trabalho. Segundo Robert Reich, o fenómeno da competitividade assenta muito mais na força de trabalho racionalizada do que na própria empresa.

Geralmente a mulher tem lugar maioritário nos serviços que reflectem de algum modo o trabalho realizado na esfera familiar ao longo de milénios, constituindo-se esse trabalho, como parte integrante das representações sociais de homens e mulheres. Também lhe são atribuídas qualidades psicológicas consideradas fundamentais no campo das relações sociais, onde se desenvolvem muitos dos serviços interpessoais (de políticas sociais, marketing, etc.), serviços estes oferecidos pessoa a pessoa e vendidos à escala mundial. Podem estar ligados a empresas transnacionais onde o trabalho é prestado directamente ao cliente específico, exigindo-se aparência agradável, transmissão de confiança, bom humor, sorriso permanente

mesmo para o mais obnócio dos clientes. (O interesse fundamental é cativar o cliente para a venda do produto seja ele qual for). A maior parte destes serviços são fornecidos por mulheres «*o estérियोtipo cultural das mulheres como educadoras - como mãezinhas - deu-lhes acesso a numerosas profissões de serviço interpessoal* » (Reich, 1993: 253)

De realçar o facto de a natureza da prestação dos serviços interpessoais conduzir o trabalhador em geral, ao isolamento, tendo como consequência a dificuldade de defesa dos seus interesses de classe, através dos sindicatos ou ainda da organização de *lobbies* actuates junto dos poderes decisórios, no sentido de pressionar decisões mais justas. Esta dificuldade dum «agir» colectivo origina a degradação dos salários surgindo paralelamente uma grande oferta de mão de obra feminina (e também masculina) na categoria de serviços.

Esta situação conduz a que no sector dos serviços interpessoais a diferenciação salarial entre homem e mulher vá deixando de ter significado. O que interessa ao empresário é o trabalho realizado pelo custo mínimo de mão de obra, seja ela masculina ou feminina «*Esta é uma razão importante para o início da redução do desfaseamento de género entre os salários dos homens e mulheres, ao longo da década de 80*» (Reich, 1992 : 305).

De uma visão de igualdade de oportunidades homem/mulher proporcionada pelo direito social da mulher ao trabalho surge a interrogação sobre a evolução da relação capital/trabalho e dos modos de exploração do trabalho, cuja materialização é cada vez maior em tempos de globalização, tanto para a mulher como para o homem.

3. A actualidade em Portugal: Continua a desigualdade.

A situação actual das mulheres portuguesas inscreve-se num quadro jurídico-constitucional que tem como base a igualdade de género conquistada com o 25 de Abril, não havendo do ponto de vista jurídico, como anteriormente, a subordinação à norma masculina. Entre 1974 e 1979 a mulher deixou de ter a obrigação do serviço doméstico, obrigação esta que, pelo que se viu atrás até parece ter ainda reminiscências da Antiga Grécia.

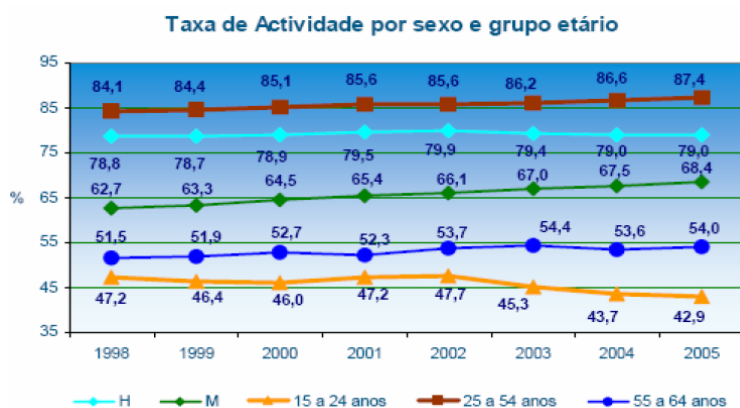
O marido deixou de ter direito de violar a correspondência da mulher, e esta passou a poder ausentar-se do país sem a sua autorização. O homem deixou de exercer a figura de “chefe de família”. Esta autonomia, que confere à mulher direitos individuais de independência relativamente ao marido aumentou com a possibilidade de acesso a todas as carreiras profissionais, o direito de votar e de ser votada e sobretudo o de ser reconhecida pela lei fundamental do país, igual ao homem, em todas as áreas da vida social.

Apesar de todas estas alterações profundas, a igualdade entre homens e mulheres apresenta paradoxos do dia a dia, traduzidos num maior esforço da mulher, sobretudo no campo do ensino, bem fundamental, para o acesso a outros bens sociais. Em 2005, 56,6% mulheres com idade compreendida entre os 20 e 24 anos completaram o ensino secundário, enquanto a percentagem de homens foi apenas de 40,4%. Também quanto ao abandono escolar a diferença de percentagem é significativa. No mesmo ano, o abandono escolar das mulheres entre os 18 e 24 anos alcançou 30,1% , mas a dos homens com a mesma idade foi de 46,7%. Estas diferenças traduzem-se no número de diplomados onde as mulheres

também estão em maioria. No ano lectivo de 2003/2004, 65,9% dos diplomados com curso superior eram mulheres. Apesar deste aumento de escolaridade a mulher continua a não ter acesso aos lugares mais elevados da hierarquia social, quer a nível da governação, quer a nível do mundo empresarial.

As desigualdades entre o género masculino e feminino continuam na actualidade e acompanham as mulheres durante o período da idade activa, desemprego, doença e aposentação. Assim, de acordo com os dados do Eurostat, em 2004 a remuneração média das mulheres em Portugal na Indústria e Serviços representava 78% da dos homens, mas a remuneração média das mulheres declarada para a Segurança Social, no mesmo ano, representava apenas 74,5% da dos homens, podendo significar tal facto a existência de trabalho sem regalias sociais.

A taxa de actividade da mulher é inferior à do homem como se pode verificar no gráfico que se segue:



Fonte: INE. Inquérito ao Emprego.

A taxa de actividade feminina apresenta aumentos graduais a partir de 1998, enquanto a taxa de actividade masculina aumenta até 2002 (79,9 %) e tem um ligeiro decréscimo até 2005

No entanto, a taxa de emprego em 2005 apresenta para os homens o valor de 73,2% e para as mulheres 62,0%.

A desigualdade de remunerações entre Homens e Mulheres determinou que as trabalhadoras portuguesas recebessem, em 2004, menos 6.439 milhões de euros de ordenados e salários, ou seja, menos 263 euros por mês (14 meses). Tal significa, um valor de lucros acrescidos para as entidades patronais.

As mulheres continuam a ter posição dominante nas profissões de baixa qualificação e pior remuneração, tais como “Pessoal administrativo” (64,1%); “Pessoal dos serviços e vendedores” (71,6%); “Agricultores e trabalhadores da agricultura e pescas” (50,7%); “Trabalhadores não qualificados”(59,7%). A discriminação continua mesmo para as mulheres qualificadas que ocupam quadros superiores, por exemplo em 2005, apenas 36,2% eram mulheres.

Na situação de desemprego, as mulheres são as mais atingidas. Tal como se verifica no gráfico abaixo, em 2005 a taxa de desemprego oficial nas mulheres era de 9%, enquanto nos homens era de 7%. Entre 2001 e 2005, a percentagem de mulheres em situação de emprego precário aumentou de 22,7% para 33,3%, enquanto a percentagem de homens em idêntica situação subiu de 24,7% para 31,3% do total considerado. Também o subsídio de desemprego médio recebido pelas mulheres correspondeu apenas a 73,5% do subsídio médio de desemprego recebido pelos homens.

Quando a mulher está doente, o subsídio médio de doença recebido pelas mulheres é também inferior. Por exemplo em 2004 correspondeu apenas a 60,1% do subsídio médio de doença recebido pelos homens.

Ao atingir a idade da reforma a desigualdade é ainda mais marcante devido a um conjunto de factores anteriores a esta fase. Assim, em 2006 a média de pensão de velhice da mulher era de 248 euros, valor este inferior ao limiar da pobreza.

Concluindo, poder-se-á afirmar que o percurso é longo mas é irreversível. A mulher conquistou nas sociedades democráticas uma forma de se afirmar como cidadã com direitos que têm de ser conquistados por ela. O grau de consciência colectiva tem aumentado mesmo nos países onde a democracia não chegou. As elites esclarecidas também existem no feminino e são um contributo para abrir caminho à igualdade de género.

Referências Bibliográficas

- Arendt, Hannah (1958), *A Condição Humana*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1991.
Brandão, S. et al., (1992), «Sector Terciário: dificuldades para a sua definição», in *perspectiva* São Paulo, (3), jul-set. pp.16-24.
Braverman, Harry (1981), *Trabalho e Capital Monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar.
Duby, Georges e Perrot, Michelle (1991), *História das Mulheres, O Século XIX*, Vol. (4) e (5), Lisboa, Círculo de Leitores.
Gorz, André (1988), *Metamorphoses du Travail, quête du sens critique de la raison economique*, Paris, Galilée.
Habermas, Jurgên (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
Karsh, Ursula (1987), *O Serviço Social na Era dos Serviços*, S. Paulo, Cortez.
Reich, Robert (1993), *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal.

Referências electrónicas

- Ferreira, Virgínia, As mulheres em Portugal: Situação e paradoxos, [www.IxxI.PT/BABEL/BIBLIOTECA/MULHERES 1 HTML](http://www.IxxI.PT/BABEL/BIBLIOTECA/MULHERES1.HTML). acesso em 07/02/03.
Rosa, Eugénio (2006), www.fenprof.pt acesso em 07/02/03.